



continuação ➡																	
Apuração da IRPJ e CSLL – Base permanente:																	
	12/2025	12/2024															
(=) Resultado Líquido	494.501	782.034															
(+) Adições a base tributável	1.369.264	456.030															
Custo de Construção OCPC05	1.364.939	452.669															
Provisão de Aviso Prévio	1.113	503															
Outras provisões	3.195	2.731															
Gastos não dedutíveis	17	126															
(-) Exclusões a base tributável	2.825.221	2.041.711															
Receita de Construção OCPC05	1.364.939	452.669															
Receita de Atualização do Ativo Financeiro	1.457.561	1.587.495															
Reversão da provisão de Bonus do ano anterior	2.721	1.546															
Prejuízo fiscal	(961.456)	(803.647)															
Controle de impostos diferidos – Ativo e Passivo:																	
Bases Permanentes	12/2025	12/2024															
Prejuízo fiscal acumulado	961.456	803.647															
Ativo por Imposto Diferido (a)	326.895	273.240															
Bases Temporárias																	
Adições temporárias																	
Custo de Construção OCPC05	1.364.939	452.669															
Provisão de Aviso Prévio	1.113	503															
Outras Provisões	3.195	2.731															
Gastos não dedutíveis	(1.267)	126															
Total	1.367.980	456.030															
Exclusões Temporárias																	
Receita de Construção OCPC05	1.364.939	452.669															
Receita de Atualização do Ativo Financeiro	1.457.561	1.587.495															
Reversão da provisão de Bônus do ano anterior	2.721	1.546															
Total	2.825.221	2.041.711															
Base tributável	(1.457.242)	(1.585.681)															
Passivo por Imposto Diferido	(495.462)	(539.132)															
Imposto diferido	168.567	265.892															
Bases impositivas negativas:																	
Exercício fiscal	Valor em Milhares de R\$																
2020	(27.669)																
2021	(138.501)																
2022	(410.903)																
2023	(605.763)																
2024	(803.647)																
2025	(961.456)																
Total	(2.947.940)																
13. Debêntures, financiamentos e obrigações contratuais: 13.1 Financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: A Companhia obteve a liberação do financiamento de longo prazo do BNDES e o aporte no valor de R\$ 5.995.000 (cinco bilhões e novecentos e noventa e cinco milhões de reais) até o exercício findo em 31/12/2025. Para este contrato são esperadas novas liberações que totalizará o valor de R\$ 6.900.000 (seis bilhões e novecentos milhões reais). Abaixo demonstramos as movimentações do financiamento junto ao BNDES segregados entre o curto e longo prazo:																	
Financia- mento	Taxa con- tratada – IPCA +		2024	Transf. CP	Liberação	Custo de capta- ção	Custo garan- tias BNDES	Juros	2025								
	Spread																
	+ 3,39%		-	309.185	-	-	-	-	309.186								
	+ 3,79%		-	142.822	-	-	-	-	142.822								
	+ 3,39%		-	360.426	-	-	-	-	360.426								
	+ 3,79%		-	3.290	-	-	-	-	3.290								
	Circulante		-	815.723	-	-	-	-	815.723								
	Taxa con- tratada – IPCA +		2024	Transf. LP	Liberação	Custo de capta- ção	Custo garan- tias BNDES	Juros	2025								
	Spread																
	+ 3,39%		1.863.281	(309.185)	230.598	(8.359)	(31.644)	273.353	2.018.044								
Financia- mento	+ 3,79%		463.486	(142.822)	348.979	(2.079)	(7.871)	67.996	727.689								
	+ 3,39%		3.502.616	(360.426)	412.501	(14.809)	(59.484)	513.852	3.994.250								
	+ 3,79%		4.740	(3.290)	7.922	(21)	(80)	695	9.967								
	Não Circulante		5.834.123	(815.723)	1.000.000	(25.268)	(99.079)	855.896	6.749.949								
	Taxa con- tratada – IPCA +		2023	Libera- ção	Custo de captação	Custo garantias BNDES	Juros	2024	2025								
	Spread																
	+ 3,39		1.476.445	208.304	(4.594)	(25.692)	208.818	1.863.281									
	+ 3,79		288.413	140.198	(897)	(5.019)	40.791	463.486									
	+ 3,39		2.794.103	371.000	(8.695)	(48.621)	394.829	3.502.616									
	+ 3,79		3.785	498	(12)	(66)	535	4.740									
	Não Circulante		4.562.746	720.000	(14.198)	(79.398)	644.973	5.834.123									
13.2 Debêntures: A Companhia utiliza recursos provenientes de financiamentos, foi necessário recorrer a empréstimo pela emissão de debêntures para disponibilizar mais recursos ao projeto e financiar os gastos e obrigações necessários não cobertos pelo recurso BNDES. Durante o ano de 2025 foram pagas as debentures de financiamento ponte de capital de valor nominal de 950 Milhões. Em 31/12/2025:																	
Curto prazo	2024		Transf.		(-) Pagamento		+ Juros		(-) Juros								
					Principal		incorridos		pagos								
Longo prazo																	
Em 31/12/2024:																	
Curto prazo																	
Longo prazo																	
Em 31/12/2024:																	
Apresentamos os saldos das debentures segregados por vencimento.																	
Circulante																	
Debêntures																	
Não circulante																	
Total																	
13.3 Obrigações contratuais: Todas as obrigações assumidas no contrato de compra de ativos e no contrato de cessão de direitos firmados junto à Move SP, que iniciaram em 2020, com pagamentos anuais, foram quitadas integralmente em 2025, as movimentações estão apresentadas abaixo:																	
Em 31/12/2025:																	
Obrigações contratuais																	
Circulante																	
Empréstimos – Consórcio Move																	

continuação

Concessionária Linha Universidade S.A.																		
cartas de fiança e garantias para mitigar possíveis riscos para os quais possa estar exposta. O contrato de concessão prevê a contratação de seguros para garantir riscos financeiros do Poder Concedente, e contratou a apólice nº 50014798 para mitigar os riscos. Através da apólice nº 2500446 a Companhia contrata coberturas para mitigar riscos associados ao escritório prédio e ao conteúdo. Enquanto o contrato de empréstimo de longo prazo do BNDES prevê a contratação de cartas de fianças e garantias juntos a instituições financeiras.																		
Companhia contratada	Garantia Contrato de Cessão	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência	Companhia contratada	Tipos de Seguros	Prazo de vigência	Valor nominal	Valor de referência do									
Tokio Marine S.A. 50% –	Nº 061902025881107750076847	Riscos Financeiros	918.511	18/12/2025 a	Banco Bradesco	Carta de fiança / Garantia	25/07/2022 a	100.000	100.000									
Pottencial Seguradoras S.A. – 50%				06/10/2027		contratual BNDES	31/07/2027											
Total Cobertura				918.5144	Banco Credit Agricole Brasil, S.A.	Carta de fiança / Garantia	25/07/2022 a	426.000	426.000									
Abaixo apresentamos o sumário da apólice de seguros administrativo.						contratual BNDES	31/07/2027											
Companhia contratada	Contrato de Seguro administrativo	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência	Corporacion Andina de Fomento	Carta de fiança / Garantia	25/07/2022 a	200.000	136.734									
Tokio Marine S.A.	Nº 2500446	Compreensivo Empresarial	7.300	15/12/2025 a		contratual BNDES	31/07/2027											
Total Cobertura				7.300	Instituto de Crédito Oficial, E.P.E.	Carta de fiança / Garantia	25/07/2022 a	600.000	410.201									
Enquanto o contrato de empréstimo de longo prazo do BNDES prevê a contratação de cartas de fianças e garantias junto à instituições financeiras, que possui pagamentos trimestrais e os custos são proporcionais a importância utilizada.						contratual BNDES	31/07/2027											
Companhia contratada	Garantia Empréstimos / Tipos de Seguros	Prazo de vigência	Valor nominal	Valor de referência do	Importância	Companhia contratada	Tipos de Seguros	Prazo de vigência	Valor nominal									
Banco ABC do Brasil	Carta de fiança / Garantia	25/07/2022 a	150.000	150.000	168.587	Banco J.P. Morgan, S.A.	Carta de fiança / Garantia	25/07/2022 a	283.000									
	contratual BNDES	31/07/2027					contratual BNDES	31/07/2027										
Banco BNP Paribas Brasil	Carta de fiança / Garantia	25/07/2022 a	400.000	400.000	449.566	INTESA SanPaolo, S.P.A.	Carta de fiança / Garantia	25/07/2022 a	443.246									
	contratual BNDES	31/07/2027					contratual BNDES	31/07/2027										
Total Cobertura						Banco Santander (Brasil), S.A.	Carta de fiança / Garantia	25/07/2022 a	500.000									
							contratual BNDES	31/07/2027										
						Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Carta de fiança / Garantia	25/07/2022 a	443.246									
							contratual BNDES	31/07/2027										
						Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro, S.A.	Carta de fiança / Garantia	25/07/2022 a	300.000									
							contratual BNDES	31/07/2027										
						Total Cobertura			3.845.492									
									3.312.001									
									3.722.405									
Jaime José Juraszek Junior – Diretor Geral					Juan Antonio Santos de Paz – Diretor Financeiro			Rogério Rodrigues Ferreira – Contador - CRCSP - 1SP242561/o-6										
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras																		
Aos Administradores e acionistas da Concessionária Linha Universidade S.A., São Paulo – SP.					Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.													
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Linha Universidade S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Linha Universidade S.A. (“Companhia”) em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase – Fase I de implantação das estações, terminais e sistemas metroviários: Chamamos atenção para a nota explicativa nº 1, que menciona que o contrato de concessão encontra-se na fase I de construção da infraestrutura de concessão: estações, terminais e sistemas metroviários. A Companhia conta com recursos provenientes da emissão de debêntures, financiamento e aportes de acionistas e do poder concedente para conclusão dessa fase. Nossa opinião não está ressaltada em relação a este assunto. Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Mensuração dos ativos financeiros da concessão: Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 4.1 e 11 das demonstrações financeiras. Principais assuntos de auditoria: Em 31/12/2025, a Companhia reconheceu R\$ 12.875.887 mil de ativos financeiros de concessão em razão do direito contratual incondicional de receber caixa pelos serviços de construção e operação da linha 6 do metro de São Paulo. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia reconhece os gastos com a construção da infraestrutura como um ativo financeiro, uma vez que possui o direito contratual incondicional de receber caixa pelo serviço de construção, e reconhece os demais gastos, que não representam potencial de geração de receita adicional com a infraestrutura, como despesas quando incorridos. A administração da Companhia exerceu julgamento para determinar quais são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que não representam potencial de geração de receita adicional e são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como o efeito da atualização financeira sobre o ativo. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação					dessa política contábil que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves do processo de análise e alocação dos gastos com a infraestrutura entre ativo financeiro e despesas; – Testes documentais, em base amostral, das adições de infraestrutura, incluindo: (i) a inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa; e (ii) inspeção, junto com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras. – Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com construção e demais gastos com a infraestrutura considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. – Envolvimento de especialistas para revisão técnica do cálculo da taxa de retorno sobre concessão base para a atualização do ativo financeiro. – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores de gastos com serviços de construção da infraestrutura de concessão como ativo financeiro, sua atualização financeira, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31/12/2025. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. No temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de													
São Paulo, 27/02/2026					KPMG Auditores Independentes CRC 2SP-014428/O-6													
Fernando Luis Roscini Contador CRC 1SP319013/O-5																		

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/03/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira
ao lado a autenticidade

